



Aldeias indígenas na cartografia europeia do Maranhão

Indigenous villages in the european cartography of Maranhão's state

Pueblos indígenas en la cartografía europea de Maranhão

Grete Soares Pflueger, doutora em Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora associada do curso de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (PPDSR) da Universidade Estadual do Maranhão (Uema). E-mail: grete@uema.br  <https://orcid.org/0000-0002-9376-8689>

Luísa Pflueger de Farias, graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (EA-UFMG). E-mail: lpfluegerf@gmail.com  <https://orcid.org/0000-0002-3103-636X>

Para citar este artigo: PFLUEGER, G. S.; FARIAS, L. P. de. Aldeias indígenas na cartografia europeia do Maranhão. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 15-31, 2025. DOI 10.5935/cadernospos.v25n1p15-31

Submissão: 2024-03-17

Aceite: 2024-11-14



Resumo

Este artigo busca refletir sobre a representação da presença dos povos indígenas na cartografia colonial do estado do Maranhão, território ocupado por numerosas aldeias antes do contexto da colonização e que ainda conta na contemporaneidade com expressiva presença indígena, que foi invisibilizada pela história. A cartografia europeia apenas documentou sua presença, mas deu ênfase à locação das vilas e cidades do Brasil colonial. Hoje, na perspectiva de visibilizarmos a contribuição, presença e permanência desses povos, além de analisarmos de forma crítica a produção cartográfica e o contexto no qual ela se insere, revisitamos os arquivos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, com ênfase na biblioteca digital, onde buscamos, na cartografia europeia do século XVII, a presença dos povos indígenas e, sobretudo, as representações que nos ajudem a compreender a forma como ocupavam os espaços no território maranhense no período colonial.

Palavras-chave: Cartografia; Maranhão; Povos indígenas.

Abstract

This article seeks to reflect on the ancestral presence of indigenous people in the cartography of Maranhão state, a territory occupied by numerous indigenous villages before the context of colonization, that still has a significant indigenous population in contemporary times, which were made invisible by history. European cartography only documented its presence as a way to emphasize the location of the settlements and cities of colonial Brazil. Today, in a decolonial effort to bring light to the contribution, presence and permanence of the indigenous groups, critically analyzing the cartography and the context of its production, we revisit the archives of the Rio de Janeiro's National Library, with emphasis on the digital library where we search in XVII century's european cartography for forms of representation that gives us clues to the ways they inhabited Maranhão's territory in the colonial times.

Keywords: Cartography; Maranhão; Indigenous people.

Resumen

Este artículo busca reflexionar sobre la presencia ancestral de los pueblos indígenas en la cartografía del estado de Maranhão, un territorio ocupado por numerosas aldeas antes del contexto de la colonización y que todavía tiene una presencia indígena significativa en la contemporaneidad, que ha sido invisibilizada por la historia. La cartografía europea sólo documentó su presencia, pero enfatizó la ubicación de los pueblos y ciudades del Brasil colonial. Hoy, con el fin de visibilizar el aporte, la presencia y la permanencia de estas personas, analizando de forma crítica la producción cartográfica y las circunstancias que la rodean, revisitamos los archivos de la Biblioteca Nacional de Río de Janeiro, con énfasis en la biblioteca digital, buscamos en la cartografía europea del siglo XVII la presencia de pueblos indígenas y, sobre todo,



representaciones que nos ayuden a comprender la forma en que ocuparon espacios en el territorio de Maranhão en el período colonial.

Palabras clave: Cartografía; Maranhão; Pueblos indígenas.

INTRODUÇÃO

O Maranhão é um dos estados do Brasil com o maior número de terras indígenas. Esse território, muito disputado no século XV, no contexto das grandes navegações europeias, foi um ponto de apoio no acesso ao Eldorado do Peru, porta de entrada aos rios da Amazônia. Palco de grandes disputas pelos colonizadores europeus, o território já era ocupado no século XVII por aproximadamente 250 mil indígenas de 30 etnias diferentes, e algumas delas, como os Krikati, Kane'ia, Guajajara, Tenetehara e Gavião, perduram na contemporaneidade e lutam por seu território e pela demarcação de terras. A maioria deles, como os Tupinambás que habitavam a Ilha de São Luís, os Barbados, Amanajó, Tremembé, Araiões, Kapietrã, entre outros, não mais existem da mesma forma que no passado, pois sofreram processos de extermínio ou assimilação. No Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, consta que o estado tinha 38.831 indígenas, dos quais 76% viviam em terras indígenas, com sete etnias cadastradas. O Censo de 2022, de acordo com dados atualizados do IBGE, indica que o Maranhão é o terceiro estado do Nordeste com a maior população indígena. O estado possui 57.214 pessoas que se autodeclaram indígenas. Os povos indígenas que vivem no Maranhão, de acordo com a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), pertencem às etnias Krikati, Krepyn katejê, Timbira, Canela Memörtumre, Canela Ramkokamekrak, Gavião Pukobjê, Krenjê, Guajajara, Ka'Apor, Awá Guajá, Gamela, Tremembé, Tikuna, Awrao, Anapuru Muypurá, Kariu Kariri e Tupinambá. No Maranhão contemporâneo, observamos a permanência e resistência dos povos indígenas na luta por suas terras ancestrais, e, de acordo com o levantamento realizado pelo Laboratório de Geoprocessamento-Labgeo da Universidade Estadual do Maranhão (Uema) reproduzido a seguir, as terras estão próximas ao litoral e no interior do estado.

Carlos Fausto (1992), em "Fragmentos de história da cultura Tupinambás", relata que há uma dificuldade no relato dos cronistas no período colonial com relação à correta denominação das nações indígenas. O termo Tupinambá foi utilizado para designar todo um conjunto de povos originários da costa brasileira, generalizando diferentes grupos do tronco linguístico tupi. Os Tupinambás compreendem então um universo de nações e etnias, inclusive aquelas encontradas pelos cronistas no século XVI no Maranhão, no Pará e nas ilhas adjacentes. Os Tapuias, de acordo com Vainfas (2000, p. 544), eram, com os Tupis, os dois grupos de ameríndios classificados pelos portugueses. O termo não constitui um etnônimo, eram povos que possuíam línguas e culturas diversas, que, na documentação quinhentista, foram caracterizados como bárbaros.



Resgatar a presença indígena na cartografia é uma forma de documentar e compreender as formas de ocupação e resistência no território pelos povos originários, reais proprietários das terras ancestrais, que no Maranhão foram primeiro documentados pelas obras dos padres capuchinhos franceses Claude d'Abbeville (1975), em *História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão: 1623*, e Yves D'Evreux (2002), em *Viagem ao norte do Brasil: feita nos anos de 1613 a 1614*. Os padres naturalistas e memorialistas que vieram com a expedição de La Ravardière em 1612 passaram quatro meses no Maranhão e descreveram o projeto efêmero da França Equinocial no Maranhão com minuciosos detalhes da expedição, da fundação da Ilha de São Luís, de passagens as aldeias de Tapuitapera (atual cidade de Alcântara) e Upaon Açu (atual capital do estado, São Luís), além do cotidiano, dos hábitos, da astrologia e das cosmovisões dos povos que lá habitavam. Esses dois livros relatam tanto a organização espacial dos assentamentos indígenas quanto as técnicas construtivas utilizadas neles.

Na narrativa dos padres franceses, encontramos as descrições de sua presença ancestral. Claude d'Abbeville (1975), no capítulo XLVII, "Dos costumes dos índios tupinambás, suas habitações e casamento", descreve os aspectos da arquitetura e da organização espacial das aldeias:

Habitam em geral, os índios tupinambás, os matos próximos ao mar, para pescarem, ou às margens dos rios por causa da água doce necessária à vida. Encontrado o lugar adequado, cortam a mata e formam uma grande praça quadrada a que põem fogo para destruir a vegetação e limpar o terreno. Aí constroem então, bem no centro, quatro grandes habitações em forma de claustro. São estas cabanas feitas de madeira e recobertas de pindó, de alto a baixo, e compridas e largas nas proporções julgadas necessárias para abrigo de toda aldeia (d'Abbeville, 1975, p. 222).

Em primeiro lugar cabe observar que essas aldeias não são como as nossas, e menos ainda se parecem com cidades bem edificadas, cercadas de baluartes ou trincheiras, fossos e ricos palácios. Suas aldeias, a que chama de Oca ou Taba, não passam de quatro cabanas feitas de paus grossos e estacas e cobertas de cima abaixo com folhas de palmeiras que denominam Pindó, encontrável nas matas. Essas folhas, bem dispostas, resistem maravilhosas à chuva (d'Abbeville, 1975, p. 139).

A localização das aldeias era conhecida pelos franceses, que navegavam nas costas maranhenses desde o século XVI e eram aliados aos Tupinambás, utilizando a proximidade com os indígenas nas suas investidas. d'Abbeville (1975) destacava a existência de 27 agrupamentos na Ilha de São Luís e entre 15 e 20 assentamentos indígenas em Tapuitapera, inclusive enumera os nomes das aldeias no capítulo

XXXII. Dos nomes como eram chamados esses assentamentos indígenas que constam no capítulo, destacamos:

A primeira aldeia é Timbói, que quer dizer raiz de certa árvore chamada euve e com a qual embriagam os peixes; a segunda aldeia tem o nome de Itapari, que é um viveiro ou camboa de peixes; a terceira aldeia é Carnaupió, significa árvore carnaú. Euaíve é a quarta aldeia que significa água velha ou turva. Itaendave é a quinta aldeia, quer dizer largo da pedra. A sexta aldeia é Aracuí-jeuve, que deriva de um pássaro; a sétima aldeia é Indotuve, lugar de pindó; a oitava aldeia é chamada Oatimbup, raiz de timbó; a nona aldeia, maior de todas é Junipará, que deriva do jenipapo, fruto amargo; a décima aldeia chama Toroepep quer dizer calçado; a décima primeira aldeia é a de Januaré, cão fedorento; a décima segunda é Uarapirã, ou buraco vermelho; a décima terceira é Poieupe, quer dizer cabaça que serve de prato; a décima quarta Eussauap, uma das maiores também, é lugar onde se comem caranguejos; a décima quinta é Maracanã Pisip nome de grande pássaro; a décima sexta é Taperaçu; a décima sétima é Toroupê, que significa beberagem; a décima oitava é Aquetene, lugar de peixes; a décima nona Caranaíve; a vigésima é Jeviree, que os franceses chamam Juiet; a vigésima primeira chama-se Eucatu, de água fria; a vigésima segunda é Canua-Mirim; a vigésima terceira Uri-Uaçu-Eupê; Maiova é a vigésima quarta, Pacuri Euve a vigésima quinta e Euvapar a vigésima sexta; a vigésima sétima é Meuruti-euve, quer dizer palmeira. Esses são os principais nomes das principais aldeias da ilha, contam algumas com duzentos ou trezentos habitantes outras quinhentos e seiscentos, de modo que em toda ilha pode existir de dez a doze mil almas (d'Abbeville, 1975, p. 145).

As descrições feitas pelos padres capuchinhos, com precisas indicações geográficas, deixaram uma contribuição fundamental ao estudo da formação das vilas e cidades do Brasil colonial. Destacamos neste artigo os cartógrafos Albernaz I e II, avô e neto, de tradicional família portuguesa, que nos deixaram um importante conjunto de atlas e mapas do Maranhão, e o cartógrafo francês Nicolas Sanson.

Embora nos mapas a ênfase fosse dada ao projeto de colonização, a demarcação de todas as aldeias foi feita sem revelar os conflitos ou as disputas, mas evidenciando a marcação dos territórios. Os europeus utilizaram o conhecimento ancestral indígena da terra, das águas e dos rios em seu projeto de ocupação, e, nesse sentido, a cartografia, as cartas, os atlas, os mapas e as gravuras (com especial destaque ao Acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro¹, assim como

1 Mais informações estão disponíveis em: <https://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 20 jul. 2024.



os detalhados relatos dos padres capuchinhos franceses, foram instrumentos fundamentais para o conhecimento e a conquista do território, e hoje para o estudo do urbanismo colonial.

Mapas e narrativas de viajantes se somam na perspectiva do entendimento do território. Segundo o arqueólogo Arkley Bandeira (2015), a precisão das denominações descritas de cada região da Ilha de São Luís percorrida por Claude d'Abbeville é tamanha que se podem reconhecer na obra do capuchinho bairros da cidade que até hoje são chamados pelos nomes indígenas, como Maracanã, Maioba, Turu, Pindoba e Pindaí. A partir do cruzamento de achados arqueológicos e informações históricas, principalmente a partir dos relatos de Claude d'Abbeville, dentre as 27 registradas pela expedição, 11 aldeias foram identificadas em Upaon-Açu, muitas delas associadas à presença de sambaquis (Bandeira, 2015).

O recorte definido neste artigo representa parte de uma pesquisa maior conectada ao diretório de pesquisa do CNPq *Ideários urbanos e linguagens arquitetônicas de São Luís – MA* e a um projeto de pós-doutorado no âmbito do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (Procad) na Amazônia, que tem como linha de pesquisa o estudo da cartografia do Maranhão. Essa pesquisa tem sido realizada no âmbito do curso de Arquitetura e Urbanismo do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (PPDSR) da Uema, que tem como objetivos catalogar, compreender e analisar criticamente a cartografia elaborada para o estado do Maranhão entre os séculos XVI e XIX. Nessa pesquisa, destacam-se inicialmente os mapas existentes no acervo digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e posteriormente em outros acervos nacionais e internacionais, por meio da análise crítica e da compreensão dos objetivos reais e ocultos dos mapas e de um critério metodológico e cronológico. O trabalho é separado por século e também pelas categorias de mapas, cartas e atlas geográficos e urbanos, numa perspectiva decolonial e contemporânea de visibilização no processo de colonização da importância das aldeias dos povos ancestrais e de seu mapeamento. Além disso, resgata-se a cartografia como um importante material didático e uma fonte de referência aos estudos urbanos contemporâneos no debate do urbanismo do estado do Maranhão e da capital São Luís, reconhecida e inscrita pela Unesco como Patrimônio da Humanidade em 1997.

Visibilizando as aldeias na cartografia europeia

O artigo reflete sobre uma etapa da pesquisa, no âmbito do pós-doutorado do Procad Amazônia entre a Universidade Federal do Pará (Ufpa) e a Uema, sob orientação da Profa. Rosa E. Acevedo Marin, que busca analisar a cartografia do Maranhão do século XVII com um olhar na representação das aldeias indígenas na cartografia de forma crítica e reflexiva, demonstrando as relações de poder no contexto colonial. A pesquisa encontra-se no início, e os resultados ainda não estão concluídos. Portanto, o artigo traz reflexões iniciais, com muitas reflexões e questionamentos ainda em aberto.



Neste artigo, realizamos a análise da cartografia com ênfase no século XVII, nos mapas geográficos que tinham por objetivo situar o território, os bancos de areia, os rios, as fortalezas, as aldeias indígenas e o acesso aos navios. Do ponto de vista analítico, destacamos a importância da interpretação dos símbolos contidos nos mapas. Precisamos compreender e ler os mapas para além de seus símbolos.

Nessa perspectiva, é importante identificar inicialmente os elementos constantes na cartografia por meio da análise dos símbolos apresentados em cada mapa. Observamos que, nos mapas do Brasil do século XVII, há sempre uma marcação de três pontos no estado do Maranhão com desenhos. Aqui, destacamos alguns:

- 1) *Rosa dos ventos*: Símbolo utilizado nos mapas para identificar os pontos cardeais, que são os pontos de orientação na superfície terrestre (Norte, Sul, Leste e Oeste), e indicar o norte magnético, fundamentais na locação das novas vilas e cidades do Brasil colonial.
- 2) *Símbolo da coroa portuguesa*: Representação do domínio do território pela monarquia portuguesa, determinando para quem o mapa foi feito e marcando o poder da monarquia.
- 3) *Escalas de léguas*: Indicam nos mapas a relação entre as dimensões do espaço real e do espaço representado.
- 4) *Desenhos de elementos geográficos*: Símbolos que indicam rios, bancos de areia, aldeias e marcações de fortalezas, vilas e aldeias.

A partir dessas questões, na busca por um olhar crítico sobre a produção cartográfica colonial, o referencial teórico da pesquisa se apoia em autores como João Pacheco de Oliveira (2016), Allana Souto Cardoso (2018), Renata Malcher (2012), em teses, artigos e dissertações sobre cartografia da Amazônia e sobre os cartógrafos Albernaz I e II. Em especial, o geógrafo e cartógrafo John Brian Harley (2009), central na construção metodológica desta pesquisa. Harley (2009) defende que o marco das circunstâncias e das condições históricas definidas produz um mapa que é, indiscutivelmente, um documento social e cultural. Todos os mapas estão relacionados com a ordem social de um período e de um lugar específico. A perspectiva metodológica de Harley (2009) considera os materiais cartográficos como construções humanas que comportam uma natureza imagética (representação gráfica) e textual (discurso), devendo ser interpretados mediante os contextos históricos envolvidos. Segundo o autor,

Gran parte del poder del mapa, como una representación de la geografía social, es que trabaja detrás de una máscara de ciencia aparentemente neutral. Esconde y niega sus dimensiones sociales al tiempo que las legitima. No obstante, desde donde las veamos, las reglas de la sociedad sobrevivirán. Han logrado que los mapas sean, por lo menos, una imagen del orden social así como la medición del mundo fenomenal de los objetos (Harley, 2005, p. 195).



A partir dessa perspectiva, para além da visão analítica e descritiva da cartografia, é importante compreender o mapa histórico em seu contexto, sendo necessário avaliar alguns aspectos:

- Quem fez o mapa?
- Quais foram os cartógrafos e em que circunstâncias se elaborou o mapa?
- Por que e para quem foi feito?
- Qual era o destino do mapa?

Trata-se de questões fundamentais na análise da cartografia que contextualizam o mapa em seu tempo e cenário. No caso dos mapas aqui citados, a cartografia construída tinha como principais objetivos criar subsídios para a dominação e colonização do território, registrar os acessos pelas águas, os caminhos existentes, as maneiras de adentrar e apreender o território, além de demonstrar o poder das ordens religiosas e da monarquia. A representação dos indígenas é então subjugada a esses interesses e, em alguns aspectos – que tangem mais aos aspectos simbólicos do mapa, e não da descrição física e geográfica do território –, pouco confiável, por partir de um ponto de vista colonizador.

A pesquisa foi feita no acervo digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, no setor de cartografia, onde localizamos aproximadamente 40 mapas do estado do Maranhão. Destacamos aqui quatro mapas para análise, em que podemos visualizar os elementos simbólicos e as questões centrais da pesquisa. Além dos mapas do Maranhão, a Biblioteca Nacional, em 2023, acompanhando o debate do marco temporal das terras indígenas no Brasil, organizou, na iconografia da biblioteca digital², uma pesquisa na seção denominada de “povos ancestrais” dedicada aos mapas que identificam os povos indígenas. Seleccionamos alguns deles para o artigo como referência, destacando os cartógrafos Albernaz I e II e N. Sanson.

São eles, em ordem cronológica:

- 1) 1629: “Pequeno atlas do Maranhão e Grão-Pará” – cart555828 – Albernaz I, João Teixeira, fl. 1602-1649. Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=1388.
- 2) 1632: “Descrição dos Rios Pará e Maranhão” – cart1004846 – Albernaz I, João Teixeira, fl. 1602-1649. Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=27904.
- 3) 1656: “Le Brésil”, Nicholas Sanson d'Abbeville (1600-1667) . Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart168862/cart168862.html.
- 4) 1666: “Demonstração do Maranhão até o Rio Preguiças” – cart1004846 – Albernaz II, João Teixeira, 1655-1699. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart1079075/cart1079075.pdf.

2 Mais informações estão disponíveis em: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/povos-originais/mapas-com-os-povos-indigenas/>. Acesso em: 24 jul. 2024.



CARTÓGRAFOS ALBERNAZ I, ALBERNAZ II E NICOLAS SANSON

Albernaz I, João Teixeira, fl. 1602-1649

Albernaz II, João Teixeira, fl. 1655-1699

Nicolas Sanson d'Abbeville 1600-1667

A família Albernaz, de cartógrafos portugueses, entronca-se na dos Teixeira, sendo os irmãos João Teixeira Albernaz (I) e Pedro Teixeira Albernaz filhos de Luís Teixeira. Além de outros, como Estevão Teixeira, integra também essa família João Teixeira Albernaz (II), neto do seu homônimo. João Teixeira Albernaz I (1602-1649) era filho de Luís Teixeira, cujas atividades em mapear o império colonial português remontam à União Ibérica de 1580 a 1640.

Albernaz I foi nomeado cartógrafo da Casa da Mina e Índia em 1605. Ligado aos órgãos oficiais dos Armazéns de Guiné e Índias, elaborou seus mais célebres trabalhos na primeira metade do século XVII, incluindo 19 atlas, dentre os quais o *Atlas do Brasil* de 1632 com desenho à tinta, um tesouro cartográfico. O mapa da Província do Brasil revela a ampliação progressiva do conhecimento geográfico e cartográfico da proibida América portuguesa. Nesse atlas, encontramos a “Descrição dos Rios Pará e Maranhão” (figuras 3 e 4).

Sobre a produção do cartógrafo português, Sousa (2015, p. 27) atesta o seguinte:

A cartografia náutica da colônia Brasil de João Teixeira Albernaz I refere-se, sobretudo, à produção de determinados atlas que serviram tanto aos trabalhos náuticos, como instrumentos orientadores das viagens, quanto àqueles dirigidos e encomendados a nobres e ao Rei, que, trabalhados com maiores cuidados, constituíam-se artefatos de luxo.

Seu neto homônimo, João Teixeira Albernaz II, com talento e habilidade equiparados ao avô, foi responsável pelo *Atlas do Brasil*, onde se encontra o mapa do Maranhão de 1666 – “Demonstração do Maranhão até o Rio Preguiças” (Figura 7).

Nicolas Sanson d'Abbeville (1600-1667) foi o geógrafo real das cortes de Luís XIII e XIV. Produziu importantes mapas sobre o Brasil, como “Le Brésil” (figuras 5 e 6) e um mapa sobre a Amazônia de 1680, denominado “Le cours de la rivière des Amazones dressé sur la relato”, que consta na Coleção Povos Ancestrais da Biblioteca Nacional Digital.

“Pequeno atlas do Maranhão e Grão-Pará” de 1629

O mapa de 1629, de autoria de João Teixeira Albernaz I, faz parte de um conjunto que contém três mapas que demonstram o caminho de ligação entre o Maranhão e o Grão-Pará, destacando os rios Pindaré, Mearim, Itapecuru e Munim, os



quatro principais rios do Maranhão e eixos do crescimento do litoral para o interior do estado. Os mapas trazem a representação da localização de diversas aldeias indígenas. Na parte superior, há a indicação de uma grande área indígena denominada “Província dos Guajajaras”. Destacamos que as vilas são indicadas por simbologias próprias de pequenas casas, aglomerados urbanos como os desenhos da cidade de São Luís (atual capital do estado) e as aldeias “dos Brancos”, aldeia “Tapuitapera” (indígena), indicando a proximidade com a capitania de Cumã. É importante perceber que os desenhos indicativos da vila cidade de São Luís e da aldeia Tapuitapera são relativos em tamanho, demonstrando que ambas eram grandes e numerosas em habitantes, sendo provavelmente as principais aldeias e vilas na perspectiva dos cartógrafos. O posicionamento de Tapuitapera no mapa, próximo ao igarapé, em frente à cidade de São Luís, do outro lado da baía, corresponde à atual localização do centro histórico de Alcântara, cidade que se sobrepôs ao aldeamento indígena. A partir da representação, é possível deduzir que a cidade portuguesa teve seu início na aldeia indígena de Tapuitapera.

Nesse mapa de 1629 (Figura 1 e 2), está demarcada também a província dos Tupinambás, além da província dos Guajajara, e observamos desenhos de outras aldeias indígenas na direção do estado do Pará. Essas aldeias também são descritas por Claude d’Abbeville em seu livro, nos capítulos XXIV-XXXI, que tratam da descrição da Ilha do Maranhão e das principais aldeias de Cumã e circunvizinhas. A simbologia é a constatação das populações equivalentes e das organizações espaciais em tamanhos similares aos dos indígenas e europeus, fato que corrobora a ideia de que os europeus utilizaram o conhecimento indígena das terras, das águas e dos ventos na demarcação e implantação de suas vilas e cidades, e também das fontes de águas potáveis e fortalezas de defesa.



Figura 1: 1629 – “Pequeno atlas do Maranhão e Grão-Pará”. Fonte: Disponível em: http://acervo.bn.digital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=1388. Acesso em: 25 jul. 2024.





Figura 2: Detalhe do mapa no "Pequeno atlas do Maranhão e Grão-Pará" mostrando que aldeias e vilas religiosas eram representadas da mesma forma e do mesmo tamanho. Fonte: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=1388. Acesso em: 25 jul. 2024.

“Descrição dos Rios Pará e Maranhão” de 1632

O mapa que contém a descrição dos rios Pará e Maranhão está inserido no *Atlas universal*, do cartógrafo João Teixeira Albernaz I, composto por 11 mapas. Observamos que, no mapa de 1632, a ênfase é a geografia do Maranhão, da Ilha de São Luís e dos acessos dos navios pelo mar. Destacamos a indicação dos quatro rios e das aldeias indígenas com ênfase em Tapuitapera, hoje cidade de Alcântara, e da capitania de Cumã. Ambas são descritas pelo padre Claude d’Abbeville (1975, p. 150) no capítulo XXXIV sobre as aldeias principais de Cumã, em que o autor destaca: “Todas essas aldeias são muito mais povoadas e seus habitantes são aliados dos índios de Tapuitapera e da ilha grande formando uma só nação, uma confederação unida na guerra às demais nações inimigas”.

Esse mapa é o único a representar na ilha, além da cidade de São Luís, uma aldeia nomeada por Ytapaúí, que provavelmente corresponde à aldeia chamada de Itapari (*ita* = pedra – *pari* = cercado ou curral), conforme consta no capítulo XIX do livro de Claude d’Abbeville (1975). Trata-se da segunda aldeia visitada por Claude d’Abbeville, na qual, segundo o padre, residia um francês muito amigo dos indígenas, local onde se realizava o batismo de crianças.

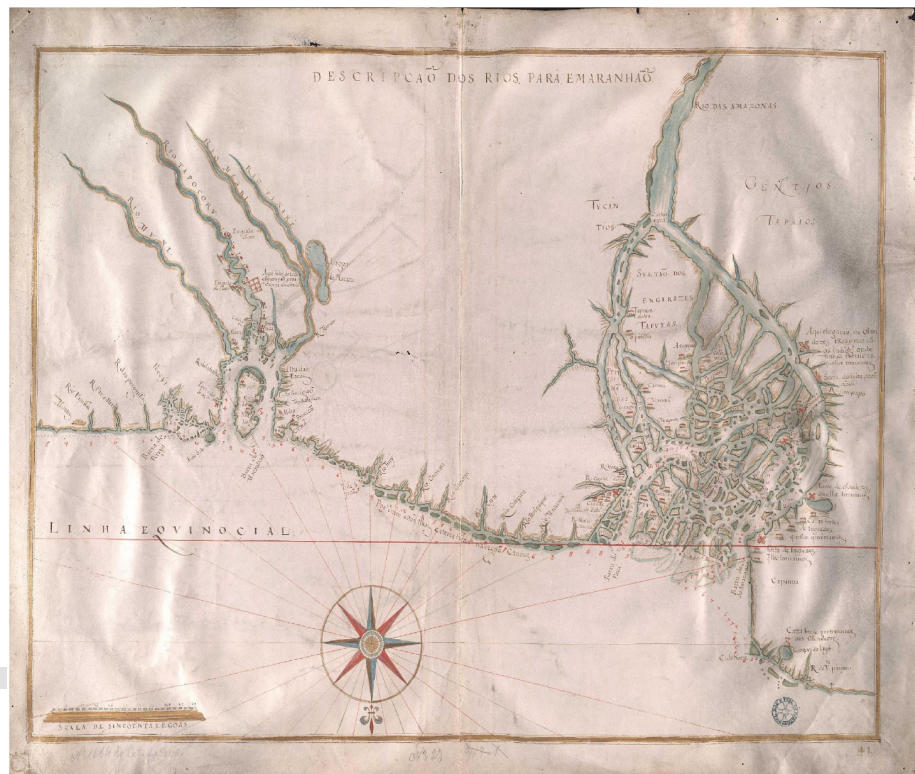


Figura 3: 1632 – “Descrição dos Rios Pará e Maranhão”. Fonte: Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=27904. Acesso em: 25 jul.2024.



Figura 4: Detalhe do mapa “Descrição dos Rios Pará e Maranhão” (1602-1649). Fonte: Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=27904. Acesso em: 25 jul. 2024.

“Le Brésil” de 1656

Datado de 1656, o mapa “Le Brésil” foi produzido, em Paris, por Nicolas Sanson d’Abbeville (1600-1667), geógrafo do rei da França, e serviu de referência para outros mapas, já que Sanson elaborou um dos primeiros mapas científicos da região amazônica (*Le cours de la rivière des Amazones*). O cartógrafo Sanson é da mesma cidade do padre capuchinho Claude d’Abbeville, ambos de Abbeville, situada no departamento do Somme, na região administrativa de Altos da França, próximo do Canal da Mancha. As narrativas deles se encontram nas indicações da Ilha de Sant Anna e do Maranhão. Observamos no detalhe do mapa de 1656 (Figura 6) a marcação da Ilha de Sant Anna abaixo das palavras *Maragnan* e *opaonmirim* (esta relativa à aldeia Upaon Açu), e, no relato do capítulo X do livro do padre d’Abbeville (1975, p. 55), consta a descrição da partida dos franceses da Ilha de Sant Anna e do processo de construção de um forte com a participação dos indígenas: “Chegamos a Jevirée na ilha grande do Maranhão, habitada por índios tupinambás”.

O mapa de 1656 mostra um destaque em amarelo para o Maranhão, e no detalhe vemos a demonstração dos três pontos importantes para a formação do estado: o rio Itapecuru, Alcântara (sob o nome de Tapuitapera) e São Luís. Apresenta no centro, rodeado por moldura, um texto em francês, com a seguinte descrição:

O Brasil: sendo a costa leste propriedade dos portugueses e dividida em 14 capitanias. O meio do país é habitado por um grande número de povos, quase todos desconhecidos. Demarcamos os territórios das capitanias próximas da costa, embora seus limites sejam incertos (tradução nossa).



Figura 5: Mapa “Le Brésil”, 1656, recorte da região do Maranhão. Fonte: Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart168862/cart168862.html. Acesso em: 24 jul. 2024.





Figura 6: Mapa “Le Brésil”, 1656, recorte da região do Maranhão. Fonte: Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart168862/cart168862.html. Acesso em: 24 jul. 2024.

“Demonstração do Maranhão até o Rio Preguiças” de 1666

O mapa “Demonstração do Maranhão até o Rio Preguiças” de 1666 foi elaborado pelo cartógrafo João Teixeira Albernaz II, da família de cartógrafos portugueses e homônimo do avô, João Teixeira Albernaz I. O mapa está inserido em um atlas com 16 pranchas geográficas da costa brasileira e apresenta uma carta de navegação com toda a marcação da baía, dos bancos de areia e dos acessos usados pelos navios. Apresenta a simbologia da rosa dos ventos e a escala em léguas, e a localização das aldeias Tapuitapera (atual cidade de Alcântara), da “povoação dos brancos”, da “povoação de Cumã”, da “aldeia dos tapuias salinas”, dos rios (Itapecuru, Munim e Maracu), das Ilhas das Pacas e do Forte de Santa Maria. O padre Claude d’Abbeville (1975), ao descrever as aldeias do Maranhão, destaca as terras de Cumã como terras férteis e agradáveis onde residem os indígenas.



Figura 7: 1666 – “Demonstração do Maranhão até o rio Preguiças” de 1666. Fonte: Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart1079075/cart1079075.pdf. Acesso em: 24 jul. 2024.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo buscou visibilizar a presença das aldeias indígenas na cartografia europeia do estado do Maranhão do século XVII, de modo a proporcionar um novo olhar à análise crítica da simbologia dos mapas e valorizar e catalogar a presença dos povos indígenas ancestrais que habitavam o território no início do processo de colonização. A análise da cartografia histórica do Maranhão sempre teve um enfoque colonial, e, neste artigo, confrontamos os mapas com as narrativas do padre francês Claude d’Abbeville, que descreve em detalhes as numerosas aldeias do Maranhão.

Nesses mapas, demonstramos a permanência das populações indígenas no estado do Maranhão remanescente das populações ancestrais. A cronologia deles corresponde ao primeiro momento do processo de colonização: 1629, 1632, 1656 e 1666. Observamos, na análise do conjunto, que todos são mapas geográficos de conhecimento e domínio do território, de identificação dos acessos pelo mar e dos bancos de areia, aspectos específicos da bacia do rio São Marcos e do Oceano Atlântico. Buscam identificar os quatro principais rios do estado como rotas alternativas de penetração e proteção do território, além das principais aldeias indígenas, com simbologias adequadas ao reconhecimento do tamanho da aldeia. Em uma marcação simbólica sempre de três pontos estratégicos: a Ilha de São Luís, antiga Upaon Açu, a capitania de Cumã e a aldeia Tapuitapera, além da marcação às margens do Rio Itapecuru, onde se situa uma fortaleza. Essa tríade aponta a história da formação do estado no processo de colonização europeia. Quando se

analisa o contexto histórico, podemos identificar esses três lugares como centrais nas disputas pelo território entre franceses, portugueses e holandeses.

Por mais que esses mapas pareçam apenas descrever o território de forma analítica e objetiva, a cartografia aqui citada é um produto de seu tempo, de seu contexto, de ideologias e relações de poder. O conceito de “silêncio cartográfico” de Harley (2005, 2009) nos auxilia a entender as ausências dessa cartografia, ou seja, a supressão de informações políticas e sociais na cartografia colonial. Aqui, não falamos sobre limitações tecnológicas ou falta de conhecimento sobre o território. Segundo Harley (2005, p. 115), *“no me interesan esos silencios surgidos de ignorancia geográfica, carencia de datos, errores, limitaciones de las mediciones, diseño deliberado ni otros aspectos de las carencias de especificación y técnicas. Aquí abordo los silencios políticos [...]”*.

A ausência de informações sobre os conflitos, como a disputa entre holandeses, franceses e portugueses pelo território brasileiro, sobre a escravidão, sobre o deslocamento e extermínio de povos indígenas ou de qualquer informação que coloque em dúvida o domínio do território e a soberania europeia também é fundamental na análise dessas cartografias. As omissões cartográficas não são explícitas, mas, a partir de um questionamento mais aprofundado em relação àquilo que não se pode ver nesses mapas, chegamos às questões desta pesquisa que ainda estão em aberto:

- O que mais a cartografia colonial pode nos dizer para além da superfície?
- Como podemos entender a ocupação indígena a partir de uma produção cartográfica que tinha como um de seus objetivos o seu domínio e extermínio?

Os mapas também podem ser vistos como testemunhos de que o conhecimento ancestral indígena da terra, das águas e do clima foi um importante instrumento utilizado pelos europeus para a conquista do território. A aliança dos franceses com lideranças indígenas no processo de conquista da França Equinocial e a resistência dos indígenas aos portugueses no processo de colonização podem atestar esse argumento. A visibilização da presença indígena na cartografia europeia é um passo importante para o reconhecimento do papel dos povos originários na formação das cidades brasileiras. O posicionamento das aldeias, as maneiras de construir e ocupar o espaço e os conhecimentos dos maranhenses originários também foram bases para a construção dos assentamentos europeus no Brasil colônia. O estado do Maranhão, na contemporaneidade, ainda possui um número expressivo de comunidades indígenas remanescentes de acordo com dados da Funai e do IBGE, e situá-las historicamente é uma forma de reconhecer sua presença ancestral e valorizar as influências indígenas no urbanismo colonial português e na formação das espacialidades urbanas no Maranhão.



REFERÊNCIAS

- BANDEIRA, A. M. Os Tupis na Ilha de São Luís – Maranhão: fontes históricas e a pesquisa arqueológica. *História Unicap*, v. 2, n. 3, p. 79-98, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://www1.unicap.br/ojs/index.php/historia/article/view/555/502>. Acesso em: 10 mar. 2024.
- CARDOSO, A. S. *Descolonizando a cartografia histórica amazônica: representações, fronteiras étnicas e processos de territorialização na capitania do Pará*. 2018. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido.) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.
- D'ABBEVILLE, C. *História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão: 1623*. Apresentação Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1975.
- D'EVREUX, Y. *Viagem ao norte do Brasil: feita nos anos de 1613 a 1614*. São Paulo: Siciliano, 2002.
- FAUSTO, C. Fragmentos de história da cultura Tupinambás: da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico. In: *História do índio no Brasil*. Cunha, Manuela Carneiro da (org.) São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 382-395.
- HARLEY, J. B. *La nueva naturaleza de los mapas: ensayos sobre la historia de la cartografía*. México: Fondo de Cultura Económica, 2005.
- HARLEY, J. B. Mapas, saber e poder. *Confins – Revista Franco-Brasileira de Geografia*, n. 5, p. 6, 2009. Disponível em: <http://confins.revues.org/5724>. Acesso em: 14 set. 2024
- MALCHER, R. A urbanização da Amazônia e do Mato Grosso no século XVIII: povoações civis, decorosas e úteis para o bem comum da coroa e dos povos. *Anais do Museu Paulista*, v. 20, n. 1, p. 41-76, jan./jun. 2012.
- OLIVEIRA, J. P. de. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: pacificação, regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2016.
- SOUSA, R. F. de. *O silêncio cartográfico de João Teixeira Albernaz I*. As representações da costa brasileira. 2015. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Geociências e Ciências Exatas) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 2015.
- VAINFAS, R. *Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

